

O BLACKFACE NO CARNAVAL BRASILEIRO E A LEGITIMAÇÃO DO RACISMO RECREATIVO

BLACKFACE AU CARNAVAL BRÉSILIEEN ET LA LÉGITIMATIN DU RACISME RÉCRÉATIF

Alana Carla Herculano de Oliveira¹

Kennedy Felipe Alves da Silva²

RESUMO

O presente trabalho busca abordar o racismo recreativo presente e velado durante o período carnavalesco, inculcado no uso de fantasias preconceituosas e “marchinhas” que ofendem a identidade e cultura negra. Tem-se por objetivo identificar práticas racistas, que inviabilizam a identidade negra, introduzidas e constituídas no processo de dominação e hierarquização da sociedade, partindo de um grupo racial em detrimento a outro, a fim de colaborar para a percepção de práticas racistas durante o carnaval. Do ponto de vista metodológico, será realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa em artigos científicos e algumas obras de autores como Pinto (2019), Arantes (2013), Ribeiro (2018) e Moreira (2019). Assim, foi possível trazer o entendimento de que práticas racistas e discriminatórias fazem-se presentes de forma normalizada em uma sociedade que visa manter as engrenagens coloniais, legitimando estereótipos pejorativos, tornando vazia de significados a cultura e identidade negra. Desta forma, conclui-se que é necessária a implementação de medidas que combatam práticas que legitimem o racismo recreativo, sendo imprescindível, ainda, a efetivação de uma educação antirracista que contribua para a articulação de uma sociedade que não perpetue diferenças e preconceitos causadores de humilhações e traumas.

PALAVRAS-CHAVES: Blackface; Carnaval; Racismo Recreativo; Humor Racista.

RÉSUMÉ

Le présent travail cherche à aborder le racisme récréatif présent et voilé pendant la période du carnaval, inculqué à l'utilisation de fantasmies et de «marchinhas» préjugés qui offensent l'identité et la culture noires. L'objectif est d'identifier les pratiques racistes qui rendent impossible l'identité noire, introduite et constituée dans le processus de domination et de hiérarchie de la société, à partir d'un groupe racial au détriment d'un autre, afin de collaborer à la perception des pratiques racistes pendant le carnaval. D'un point de vue méthodologique, une recherche bibliographique qualitative sera effectuée sur les articles scientifiques et certains travaux d'auteurs tels que Pinto

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, 8º período. Pós-graduanda em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Membro integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI/UFAC.

E-mail: heerculana@outlook.com.

² Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, 5º período. Membro integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI/UFAC.

E-mail: kennedyfeliph@gmail.com.

(2019), Arantes (2013), Ribeiro (2018) et Moreira (2019). Ainsi, il a été possible de faire comprendre que les pratiques racistes et discriminatoires sont présentes de manière normalisée dans une société qui vise à maintenir les engrenages coloniaux, légitimant les stéréotypes péjoratifs, rendant la culture et l'identité noires vides de sens. Ainsi, il est conclu qu'il est nécessaire de mettre en œuvre des mesures pour lutter contre les pratiques qui légitiment le racisme récréatif, et il est également essentiel de mettre en œuvre une éducation antiraciste qui contribue à l'articulation d'une société qui ne perpétue pas les différences et les préjugés qui provoquent l'humiliation. et traumatisme.

MOTS CLÉS: Blackface; Carnaval; Racisme récréatif; Humour raciste.

1. UM BREVE ESTUDO SOBRE O BLACKFACE

“A cultura negra é popular, pessoas negras não são”.

B. Easy

Blackface - prática que objetivava mostrar negros como intelectualmente inferiores aos brancos; começou quando, nos Estados Unidos, negros recém emancipados passaram a exigir direitos civis, gerando aos brancos uma hostilidade racial. Dessa forma, homens brancos passaram a se apresentarem em shows de menestréis com práticas teatrais em que atores brancos coloriam suas peles com verniz para sapatos, tinta para graxa ou carvão de cortiça, para representarem personagens negros de forma vexatória e exagerada, além de preguiçosos, alcoólatras e analfabetos, estimulando o humor e a zombaria àqueles, uma vez que essas caricaturas adentravam ao imaginário americano, reforçando estereótipos.

Comediantes faziam sucesso apresentando para um público formado por aristocratas brancos personagens estereotipados de pessoas negras com o intuito de ridicularizá-las. Além de pintar o rosto de preto, eles pintavam exageradamente a boca de vermelho para chegar a uma “representação ideal” do que julgavam ser o negro. (RIBEIRO, 2014, p. 32)

Tal prática ganhou popularidade no século XIX, um período da história em que o negro era impedido de ocupar diversos espaços sociais, entre eles o de artista. Aqui, a recusa social em permitir que ele representasse no teatro a sua própria raça é evidência de que, desde sua origem, a prática contribuiu para a disseminação de preconceitos, estereótipos e ideias racistas, carregando, ainda, a simbologia do *apartheid*, culminando em situações de linchamento e adoção da Lei de Segregação Racial.

Em 1890, o Blackface já era costumeiro em toda a América do Norte e, tempos depois, foi estendido à televisão e ao cinema, inclusive, retratado em alguns desenhos animados populares no Brasil como Tom e Jerry, por exemplo.

Fazendo sucesso por cerca de 100 anos, os *minstrel shows* com *blackfaces* eram uma arte nacional americana bastante comum e, no início do século XX, ramificou-se, tornando-se um gênero de teatro próprio. O enfraquecimento do *Blackface* começou em 1960 devido à luta do Movimento dos Direitos Civis dos Negros nos Estados Unidos, entretanto, após isso, mesmo as personagens que necessitavam ter características negras, continuavam a serem interpretados por atores brancos.

Pode-se categorizar o *blackface* como prática social racista e excludente que, por sernaturalizada, durante longo período foi realizada sem ser questionada a fim de afirmar a superioridade de um grupo, desumanizando outro. Ao falar-se sobre prática social racista e excludente cabe aqui lembrar o que fala Charô Nunes (2013) em seu texto *Blackface? Yes We Can!*, quando define o *blackface* tanto como legitimador de estereótipo racista quanto como forma de exclusão, visto que, em primeiro caso, ridiculariza, e em seguida tira oportunidades para atores e modelos negros.

2. O CARNAVAL

O carnaval brasileiro, amplamente difundido e associado à cultura nacional, é bastante popular e um dos maiores do mundo. No entanto, não é uma criação brasileira, muito menos realizada apenas neste país. Segundo Pinto (2019), muito antes da colonização do Brasil, esta festa tem suas origens em celebrações religiosas pagãs mesopotâmicas, romanas e gregas, apropriadas pela Igreja Católica e enquadradas a preceitos cristãos. A palavra carnaval vem do latim, *carnis levale*, que significa “retirar a carne”. (PINTO 2013 p.01)

De acordo com o autor, na Babilônia, duas festas contribuíram significativamente para originar o que conhecemos como Carnaval. Uma delas as Sacéias eram ritos festivos de troca de papéis sociais:

(...) uma celebração em que um prisioneiro assumia, durante alguns dias, a figura do rei, vestindo-se como ele, alimentando-se da mesma forma e dormindo com suas esposas. Ao final, o prisioneiro era chicoteado e depois enforcado ou empalado. (PINTO, 2019, s/p).

A segunda era uma celebração que acontecia em comemoração ao ano novo na Mesopotâmia:

(...) O ritual ocorria no templo de Marduk (um dos primeiros deuses mesopotâmicos), onde o rei perdia seus emblemas de poder e era surrado na frente da estátua de Marduk. Essa humilhação servia para demonstrar a submissão do rei à divindade. Em seguida, ele novamente assumia o trono. (PINTO, 2019, s/p).

Ainda segundo Pinto (2019), em Roma e na Grécia havia outras festas muito populares como as dionisíacas, para os gregos, e os bacanaís, para os romanos, destinado a Baco (ou Dionísio, para os gregos), deus do vinho.

(...) marcados pela embriaguez e pela entrega aos prazeres da carne... em Roma, a Saturnália e a Lupercália...Tais festas duravam dias, com comidas, bebidas e danças. Os papéis sociais também eram invertidos temporariamente, com os escravos colocando-se nos locais de seus senhores, e estes colocando-se no papel de escravos. (PINTO, 2019, s/p).

Estas celebrações assemelham-se em alguns aspectos com a subversão temporária de papéis sociais, a forma de celebrar o culto a alguma divindade, a tradicionalidade destes festejos e o caráter extremamente popular. Semelhanças estas que permanecem nas características do nosso carnaval.

No aprofundamento das origens dessa festa popular, dialogamos também com Barroso (2019), que relaciona a construção histórica desse festejo, especificamente as festas dionisíacas citadas acima, com o surgimento do Teatro, nos levando a observar algumas outras características que encontramos no carnaval tal qual o conhecemos hoje, como o uso de mascaras, adereços, a dança ritmada e muita música:

Cultuado em rituais religiosos onde a manifestação divina se expressava através de cantos e danças, sagradas e profanas, Dioniso era a personificação dos prazeres e sacrifícios carnavais, pelo entrelaçamento dos corpos em festa, nas fartas rodas de orgias e alegrias... Dos rituais e cultos dionisíacos, desenvolveram-se personificações cênicas, compostas de figuras e ações, como a dança ritmada, os coros musicais que compunham a orquestra, além da caracterização com adereços e máscaras grotescas. (BARROSO, 2019, p. 01-02)

Cultos pagãos. Inversão de papéis. Orgias e muita embriaguez. Segundo Pinto (2019), indo contra os preceitos da Igreja Católica e com seu fortalecimento ao decorrer da Idade Média, todas essas celebrações e rituais citados acima, foram moldados dentro dos princípios cristãos. Ou seja, apesar do poder da Igreja, estes eventos estavam entranhados na vivência de alguns povos, havendo, portanto, uma tentativa de ressignificá-los, que acabou por moldar ambas as partes. Criando-se, por exemplo, a Quaresma – período de 40 dias de jejum, inspirado em histórias bíblicas – visto que, de acordo com o autor, a *carnis levale* acontecia durante várias semanas após o natal, de modo que as pessoas cometessem seus excessos antes da temporada da rigidez religiosa.

Durante a Idade Média e o Renascimento a lógica dos festejos populares se propagava inspirada nas celebrações da Antiguidade, ou seja, a inversão dos papéis sociais.

No entanto, não foi tão simples a sobrevivência dessas tradições, segundo Pinto (2019), a imposição do controle social, por parte da Igreja, e o conservadorismo vigente que demonizava muitas festas populares, acabaram sufocando a existência destas tradições.

No Brasil o Carnaval chegou juntamente com a colonização. De acordo com Arantes (2013), uma festa portuguesa chamada *entrudo* – de “introitus”, que é “começo, entrada” para as solenidades litúrgicas da Quaresma – foi a primeira manifestação carnavalesca. O entrudo era uma comemoração muito alegre, e um tanto quanto excêntrica, onde as pessoas saíam às ruas jogando umas nas outras, “água, farinha, barro, fuligem, goma, lixo e até urina” (ARANTES, 2013 p.09) O autor destaca ainda que todos faziam parte desta brincadeira, inclusive os escravizados, e que apesar das diversas tentativas de proibi-la durou até o século XIX.

Arantes (2013) destaca outra celebração popular, em meados do século XIX no Rio de Janeiro, o Zé-Pereira – uma brincadeira de amigos que saíam as ruas tocando bombos e tambores e que ganhou gosto do povo – que passou a repetir tal brincadeira ao longo dos anos. Passando-se o tempo o Carnaval começou a tomar sua forma tal qual o conhecemos. Arantes (2013) afirma:

O Carnaval brasileiro começou a tomar a forma como o conhecemos hoje a partir da metade do século XIX, com os bailes carnavalescos, os clubes ou sociedades, e as diversas formas de agrupamento que os foliões formavam para sair às ruas em cortejo: o cordão, o rancho, o bloco, o corso, a escola de samba. (ARANTES, 2013, p.09)

O Carnaval, sem dúvidas, constrói parte da cultura brasileira ao mesmo tempo em que é construído por ela. Sua história é de existência resistência ao longo dos séculos e, no Brasil, caracteriza-se por ser emblemático de acordo com uma entrevista dada pelo Historiador Luiz Antonio Simas esta festa é extremamente politizada, evidenciando um conjunto de tensões que revela as contradições do povo brasileiro (SIMAS, 2020). Simas usa como exemplo os saberes afro-cariocas e afro-brasileiros que são vítimas da discriminação e do racismo. Porém, o samba, a roda de samba, a cultura popular, passam a trabalhar numa perspectiva de *proteção social*. Segundo Rufino “esses modos subalternos produzidos como resposta ao terror se responsabilizam com a vida por estarem implicados nas lutas contra as injustiças cognitivas e sociais”. (RUFINO, 1987, p.76.)

A festa carnavalesca leva às ruas toda carga popular de luta, existência, resistência, alegria e, infelizmente, a bagagem colonial do preconceito e da discriminação racial.

3. MANIFESTAÇÕES DE RACISMO RECREATIVO DURANTE O CARNAVAL

Pensando-se no carnaval como festa popular e prática indenitária, a apropriação cultural, juntamente com o *Blackface*, por diversas vezes, se faz presente de modo a que, no uso do humor, expressa-se hostilidade racial, permitindo a perpetuação do racismo e, ainda, criando imagens culturais voltadas a justificar e legitimar um projeto racial que visa manter o poder de um grupo racial sob outro.

Para Moreira (2019), o projeto racial moderno está intrinsecamente ligado a tecnologias de controle das pessoas não brancas, visto que o conceito de raça pode ser pensado na perspectiva de construção social, quando esta estrutura relações de poder dentro da sociedade e é, por vezes, utilizada para a legitimação da manutenção de hierarquias.

Um projeto racial, além de legitimar e criar representações culturais, influencia ainda na percepção do significado de raça, viabilizando o ideário de que esta não tem importância no nosso país, fortalecendo o que Moreira (2019) nos fala ao abordar o racismo recreativo, enquanto forma de manifestação do que é tido como *racismo sem racistas*, conceito utilizado quando os que reproduzem o racismo se recusam a reconhecer que suas ações contribuem para a permanência das desigualdades raciais na sociedade.

Ribeiro (2018) nos fala que “achar” que o racismo não existe no Brasil não muda o fato de que, segundo o IBGE, em 2013, negros ganharam 54,7% do salário dos brancos. Para a autora, a negação de fatos sociais a fim de justificar uma opinião caracteriza-se como supervalorização de si mesmo. Ao negar lutas históricas e fatos sociais, acaba-se por fortalecer achismos, compactuando e perpetuando violências e discursos de ódio.

Essa característica de negação ao preconceito, muito comum na sociedade brasileira, é evidente quando Lilian Schwartz, ao analisar uma pesquisa realizada na USP em 1988, afirma que:

97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, 98% disseram conhecer, sim, pessoas e situações que revelam a existência de preconceito racial no país. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o grau de relação com aqueles que denominam racistas, os entrevistados indicaram com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. A conclusão informal da pesquisa era, assim, que todo brasileiro parece se sentir como uma “ilha de democracia” cercado de racistas por todos os lados. (SCHWARCZ, 2001, p. 76)

Uma das formas de manifestar o racismo se dá, portanto, pela negação de sua existência. Dijk (2012), acerca da negação ao preconceito, nos diz que:

As negações do racismo e formas semelhantes de autoapresentação positiva apresentam tanto uma dimensão individual como social. A maioria dos falantes brancos não somente se sentem ofendidos por serem individualmente percebidos como racistas, mas também, e de forma mais importante, tais estratégias podem ao mesmo tempo visar a defesa do grupo como um todo: “Não somos racistas”; “Não somos uma sociedade racista” (DIJK, 2012, p. 158).

Nesse contexto, as pessoas com comportamentos racistas se preocupam com uma avaliação negativa de sua personalidade, quando ser categorizado como racista ou intolerante pressupõe uma característica pessoal, duradoura de sua personalidade (DIJK, 2012). A negação surge, desse modo, como estratégia de autopreservação de si diante à sociedade.

É importante salientar, ainda, que o racismo, para Fanon (2008), pode ser entendido como modo socialmente gerado de ver o mundo e viver nele, não se enquadra somente em concepções comuns de discriminação, uma vez que possui natureza dinâmica e múltipla, podendo assumir diversas formas, em diferentes lugares e momentos.

É nesse aspecto que faz-se necessário discutirmos acerca do racismo recreativo como projeto de dominação, quando legitimam-se imagens que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, comprometendo o status cultural e material dos membros desses grupos e ainda, perpetuando estereótipos raciais negativos, os quais motivam práticas discriminatórias e mantenedoras de concepções colonialistas socialmente construídas, concepções estas que, para Grosfoguel e Joaze (2016), desde a formação do eurocentrismo – elemento entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial – permitiram legitimar a dominação e a exploração do outro.

Portanto, para Ribeiro (2018) atualmente, há um humor legitimador de discursos e de práticas opressoras, efetivando uma posição ideológica que se empenha em perpetuar a dominação colonial. É necessário entendermos que o racismo tem um papel preponderante naquilo que julga-se engraçado ou não, fazendo-se, nele, necessária a percepção da presença do que Rufino (1987 p. 12) chamaria de “*carrego colonial*”, termo cujo o mesmo define como “condição da América Latina submetida às raízes mais profundas do sistema mundo racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser/saber/poder”.

É nesse aspecto que se afirma que o humor não se separa de ideologias racistas. Ao partir desta perspectiva, faz-se necessário questionar o uso de símbolos culturais de setores minoritários como fantasias o que, inclusive, reforça estereótipos constituídos sobre estes grupos.

A apropriação cultural – enquanto mecanismo de opressão, na qual um grupo dominante se apodera de uma cultura inferiorizada, fazendo o que Djamila Ribeiro (2016), define como “prática que esvazia de sentido uma cultura com o propósito de mercantilização” – quando

introduzidas a épocas carnavalescas está nas redes sociais, nos blocos, nas escolas de samba e, inclusive, em materiais utilizados pelo poder público. Para Ribeiro (2018, p. 32), “se pintar de negro não tem graça alguma, é ofensivo. Essas pessoas esquecem também que, assim como pessoas de outras etnias, somos altos, baixos, gordos, magros, com lábios grossos ou finos, tão diversos quanto quaisquer seres humanos”.

Como já vimos, Luiz Antônio Simas em entrevista ao jornal digital *Brasil 247*(2020), aborda o carnaval enquanto uma tradição festiva que tenciona questões políticas importantes. Por exemplo, na década de 1880, os carnavais foram muito marcados pela abolição da escravatura, na Primeira República, houve carnavais que satirizavam presidentes. Para o historiador, nos dias de hoje há uma série de tensões ligadas a pautas identitárias como a etnia e ao racismo estrutural.

Quando pensamos sobre marchinhas de carnaval, o racismo velado ali, também se faz presente, muitas vezes, perpetuando-se em expressões que animalizam e hipersexualizam o corpo negro – e aqui podemos recorrer a Gonzalez (1988) quando a autora nos fala sobre objeto parcial e a manifestações das fantasias sexuais brasileiras –, à exemplo, as marchinhas “Teu Cabelo não nega”, “Negra Maluca” e “Mulata Bossa Nova”, as quais materializam o imaginário destes estereótipos pejorativos. Chapman (2007) relata que os corpos das mulheres negras sempre foram um local para o discurso público, principalmente em relação ao padrão de beleza e, nesse sentido, o uso imagético do negro como fantasia acaba por legitimar a perda de significados identitários a qual falamos anteriormente. As tentativas de combater ações ofensivas, por sua vez, já “vem de outros carnavais”, quando pôde-se notar que, em anos recentes, marchinhas clássicas cujas letras possuem conteúdo considerado racista como “O teu cabelo não nega”, de 1932 e homofóbico como “Cabeleira do Zezé”, de 1963, em alguns blocos de rua, deixaram de ser tocadas.

Fernanda Cavalcante (2020) em seu texto “Blackface nas fantasia de Carnaval é um problema social” nos fala que o racismo recreativo não se limita às marchinhas, nas fantasias é costumeiro o homem branco se vestir de mulher negra, seja para imitação de doméstica, de “favelada pobre” ou a habitual “Nega Maluca”, prática que, utilizando-se da versão brasileira do *blackface*, quando foi criado um grupo que utilizara avental, cabelo “*black power*”, batom vermelho para engrossar os lábios e tinta preta cobrindo o rosto em forma de “homenagem” às domésticas. Além de fantasias que, infelizmente, já são de “costume”, o jornal Extra (2016) publicou uma reportagem acerca de um casal de jovens brancos fantasiados de Aladdin e Jasmine, em que o filho negro estava nos ombros do pai, vestido de Abu, o macaco de estimação do casal. Sérgio Henrique da Silva Pereira (2018) em seu texto “Politicamente Correto. Por um carnaval com menos fantasias preconceituosas e racistas!” também chama atenção a outra forma de

depreciação da cultura e identidade negra que é usar roupas próprias das religiões de matriz africana ou matriz afro-brasileira como orixás e demais entidades.

Apesar da insistente manutenção de práticas que legitimam o racismo recreativo em discriminatórias como o *blackface* e humor racista no carnaval, algumas medidas puderam ser notadas, ainda que de maneira paulatina, para combater tais atos. A exemplo, o jornal Estado de Minas (2020) publicara uma matéria, falando sobre medidas que combatam o *blackface* no carnaval, a publicação consiste numa cartilha de orientação aos foliões, cuja prefeitura de Belo Horizonte publicara também o Diário Oficial do Município (2020). Esta por sua vez, contendo diversas críticas as atitudes racistas durante o carnaval, bem como aos comportamentos machistas, LGBTQI fóbicas, e demais desrespeitos a qualquer outra cultura minoritária e a religiosidade, com as religiões de matrizes africanas que são majoritariamente estereotipadas, principalmente durante o período carnavalesco.

A edição de 28/02/2019 do Jornal de Brasília aborda uma medida tomada pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus/DF) que promovera uma campanha de combate ao racismo, com orientações aos foliões para que festejem sem usar fantasias de cunho pejorativo que agridam e menosprezem as demais culturas. O combate contava, ainda, com o apoio da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin) e da Defensoria Pública para realizar e intensificar as ações dessa campanha.

No entanto, apenas cartilhas e campanhas em um ou outro Estado não são suficientes para combater o racismo recreativo durante o Carnaval, visto que medidas como essas deveriam ser tomadas por todos os Estados, visando instruir a população a ter uma consciência antidiscriminatória.

Para além disso, é válido que pensemos, ainda, em um fortalecimento de uma educação antirracista, que seja inclusiva em todos os níveis, promovendo o pertencimento a outros grupos sociais, buscando fugir, assim, de uma sociedade com padrões colonizados e preceitos preconceituosos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manifestações de racismo continuam disseminadas na sociedade e seu reconhecimento ainda é dificultado, ou negado, por sua naturalização. Práticas como o *blackface*, em qualquer situação que seja, ofende, subjuga e recoloca o negro em um lugar passível de ridicularização. Ao fantasiar-se de negro, ignora-se a luta e reforça-se estereótipos pejorativos associados à minorias sociais que

sofrem diretamente com engrenagens de um sistema racista gerador de desigualdades, que ao seguir a lógica do que Mbembe (2011) define como necropolítica, adota e adapta uma política de genocídio às minorias.

O carnaval traz em sua essência, na Antiguidade, a inversão dos papéis sociais dentro de uma ritualística de celebração, de libertar-se do cotidiano, sair da rotina, de viver a entrega aos prazeres da carne, com música e cantos alegres e o vinho sempre presente simbolizando a alegria. No Brasil, não se fez diferente as brincadeiras, as músicas alegres e a representação da identidade da população, identidade está formada pela pluralidade. Enquanto prática identitária do povo, tenciona questões políticas importante, pois a carga colonial mesclou a esta celebração o racismo recreativo, que perpetuado em marchinhas e fantasias, adentrara no imaginário da população reforçando estereótipos por meio do humor legitimador de opressão, efetivando a naturalização do preconceito.

Praticar o *Blackface* além de menosprezar a cultura e a luta negra, é um ato carregado de significados de exclusão e racismo para com este povo que, desde o princípio, após o início da afro-diáspora, participou e participa grandemente da construção e formação identitária do país. Não é homenagem. Vestir-se com *black power*, pintar-se de preto, dentre outras práticas, é depreciativo, é desrespeitoso e racista. É uma ofensa àqueles que vivenciam o preconceito diariamente e lutam contra o mesmo. Os negros, e apenas estes, devem ser protagonistas de suas histórias.

A conscientização do racismo estrutural é uma arma para combatê-lo, alguns governos estão criando medidas para conscientizar a população, para além de tais medidas, faz-se necessário que haja união nesse combate, bem como a necessidade da implementação e efetivação de uma educação antirracista como mais poderosa das armas. Desnaturalizar o racismo não é uma tarefa fácil, mas que se deve fazer diária para que cheguemos a uma sociedade um pouco mais igualitária e justa.

Concluimos salientando que negros não são animais raros para serem associados ao exotismo, *blackface* não é homenagem, é racismo e exclusão, pessoas não são fantasias.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Nélío. **Pequena história do Carnaval no Brasil**. Revista Longeviver, n. 29, 2013. Disponível em: <<http://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/download/327/327>>. Acesso em: 03 de abr. de 2020 às 14:34

BARROSO, Alan Villela. **Do culto sagrado ao coro do carnaval: A origem das representações teatrais no ocidente, suas influências na festa da carne e a representatividade em Leopoldina, MG.** Disponível em: <http://www.academia.edu/download/62036577/DO_CULTO_SAGRADO_AO_CORO_D_O_CARNAVAL.pdf>. Acesso em: 03 de abr. de 2020 às 16:02

CAMPANHA do governo visa combater 'blackface' no carnaval. **Jornal de Brasília.** Distrito Federal, 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/campanha-governo-visa-combater-blackface-no-carnaval/>>. Acesso em: 11 de abr. de 20.

CAVALCANTE, Fernanda. "**Blackface nas fantasia de Carnaval é um problema social**". Disponível em: <<https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniao/2020/02/blackface-nas-fantasia-de-carnaval-e-um-problema-social-003073417.html>>. Acesso em: 4 de abr. de 2020 às 14:16.

CHAPMAN, Yolanda Michele. "**I am Not my Experience in their Self Perceptions of Abroad and at Home.** Georgia State University, 2007. Disponível em: <http://scholarworks.gsu.edu/anthro_theses/23>. Acesso em: 03 de abr. de 2020 às 17:19.

DIJK, T. A. **Discurso e poder.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988.

GROSGOUEL, Jamon & JOAZE Bernardino. **Decolonialidade e perspectiva negra.** Revista Sociedade e Estado. vol.31 no.1 Brasília, 2016.

SIMAS, Luiz Antonio: Carnaval é a festa mais politizada. [entrevista concedida a] Regina Zappa. **Brasil 247.** Disponível em: <<https://www.brasil247.com/cultura/luiz-antonio-simas-carnaval-e-a-festa-mais-politizada>>. Acesso em: 6 de abr. de 2020 às 18:02.

MAC, Aissa. Cartilha critica folião com 'fantasia de índio' e peruca black power em BH. **Estado de Minas.** Belo Horizonte, 13 de fev. de 2020. <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/02/13/interna_gerais,1121667/cartilha-critica-foliao-com-fantasia-de-indio-e-peruca-black-power-e.shtml>. Acesso em: 11 de abr. de 20.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo** / Adilson Moreira. -São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NUNES, Charô. 2013. "**Blackface? Yes we can!**". Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/04/18/blackface-yes-we-can/>>. Acesso em: 3 de abr. de 2020 às 16:16.

PEREIRA, Sérgio Henrique da Silva. Politicamente Correto. "**Por um carnaval com menos fantasias preconceituosas e racistas!**". Jusbrasil. 2018. Disponível em: <

<https://sergiohenriquepereira.jusbrasil.com.br/artigos/548005214/politicamente-correto-por-um-carnaval-com-menos-fantacias-preconceituosas-e-racistas>>. Acesso em: 6 de abr. de 2020 às 20:02.

PINTO, Tales dos Santos. **História do carnaval e suas origens**. Brasil Escola. Disponível em:<<https://linguagem.com.br/downloads/portugues/historia-carnaval.pdf>>. Acesso em: 02 de abr. de 2020 às 15:02.

RIBEIRO, Djamila. 2016. **É necessário se discutir apropriação cultural com seriedade, porém, sem intransigências e desonestidade**. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/apropriacao-cultural-e-um-problema-do-sistema-nao-de-individuos/>>. Acesso em: 6 de abr. de 2020 às 16:48.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

RUFINO, Luiz. 1987.**Pedagogia das encruzilhadas**/Luiz Rufino (1087). –Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

STRAUSBAUGH, John. **Black Like You: Blackface, Whiteface, Insult & Imitation in American Popular Culture**. Jeremy P. Tarcher/Penguin. 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

VICENTINI, Samanta. Fantasia de família em bloco causa polêmica e pai se justifica. Jornal Extra. 08 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/fantasia-de-familia-em-bloco-causa-polemica-pai-se-justifica-18636432.html/>>. Acesso em: 11 de abr. de 20.

Data de submissão: 15/04/2020
Data de aprovação: 11/05/2020